

Pós-Graduação

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público

Brasília, Março de 2021

Coordenação de
Educação Superior

Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	6
3. APRESENTAÇÃO.....	7
3.1 Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – Senado Federal.....	7
3.2 Do curso.....	8
4. OBJETIVOS.....	8
4.1. Objetivo Geral.....	8
4.2. Objetivos Específicos.....	8
5. PÚBLICO-ALVO.....	9
6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA.....	9
7. COORDENAÇÃO.....	10
8. CARGA HORÁRIA.....	10
9. PERÍODO E PERIODICIDADE.....	11
10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	12
10.1 Disciplinas e cargas horárias.....	12
11. CORPO DOCENTE.....	25
12. METODOLOGIA.....	25
13. INTERDISCIPLINARIDADE.....	26
14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC.....	27
15. TECNOLOGIA.....	28
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	29
17. SELEÇÃO E MATRÍCULA.....	29
18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	30
19. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO.....	30

19.1. Avaliação da aprendizagem.....	30
19.2. Avaliação das disciplinas pelo aluno e pelo professor.....	31
19.3. Avaliação do curso.....	32
19.3.1 Indicadores de Desempenho.....	32
20. CERTIFICAÇÃO.....	34
21. CUSTO DO PROJETO.....	34
21.1 Previsão Orçamentária total.....	34

1. IDENTIFICAÇÃO

Coordenação de Educação Superior – Instituto Legislativo Brasileiro

Nome do curso	Especialização em Orçamento Público
Áreas do conhecimento	6.02.00.00-6 – Administração 6.03.00.00-0 – Economia 6.01.02.00-4 – Direito Público 6.04.00.00-0 – Contabilidade
Modalidade	Presencial (durante a pandemia, somente remoto)
Instituições promotoras	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/SF Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - CEFOR/CD Escola do Legislativo – Elegis/CLDF Escola Superior de Guerra – Brasília – ESG/MD
Número de vagas	50 vagas
Local de realização	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/SF
Portaria de credenciamento e credenciamento	Portaria do Ministério da Educação Nº 96 de 07 de Fevereiro de 2013 publicado no DOU de 08 de fevereiro de 2013 (credenciamento) Portaria do Ministério da Educação Nº 721 de 27 de julho de 2018, publicada no DOU de 30 de julho de 2018 (recredenciamento).

2. JUSTIFICATIVA

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Orçamento Público faz parte da estratégia de desenvolvimento profissional dos servidores do Senado Federal. Além de complementar o aprendizado adquirido (através das) com as práticas cotidianas no trabalho, serve para repensar e propor inovações que agreguem eficiência operacional, efetividade e economia no setor público.

O desenvolvimento do corpo profissional para uma atuação excelente é um dos objetivos estratégicos de muitas organizações públicas contemporâneas. No caso do Senado Federal, a dimensão “Gestão de Recursos Humanos” aparece traduzida na busca pela profissionalização da gestão da Casa e na construção de perfis necessários ao bom funcionamento da instituição. De qualquer modo, o aperfeiçoamento da dimensão humana do trabalho é para as organizações burocráticas como um dos pilares de sustentação da estratégia organizacional.

No setor público um curso de pós-graduação *lato sensu* em Orçamento Público, na profundidade e qualidade oferecidas pelo ILB, se traduz como uma ação educacional importante para o aperfeiçoamento da gestão pública. Trata-se de uma formação especializada, com duração de até quatro semestres, para os profissionais que já atuam ou desejam atuar na área.

Considerado o orçamento como um importante instrumento de gestão, sua realização processual (elaboração, tramitação, aprovação e fiscalização) requer qualificação profissional que garanta, em todas as etapas, atualização, domínio técnico e efetiva utilidade para as áreas fins, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Executivo.

Adicionado ao aprendizado teórico e prático adquirido ao longo do período letivo, os trabalhos de conclusão de curso (TCC), exigidos como pré-requisito parcial para a conclusão da formação, serão importantes produtos de pesquisa que podem

contribuir para a gestão do conhecimento como resultado de um processo criativo rigoroso de elaboração e como forma de fixação de saberes que poderão ser fonte de informação para outros profissionais no setor público.

3. APRESENTAÇÃO

3.1 Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – Senado Federal

As primeiras ações educacionais desenvolvidas pelo Senado Federal remontam à década de 1970, embora seja possível que outras ações esparsas tenham sido desenvolvidas antes desse período. O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), criado em 1997, é atualmente a área responsável no âmbito do Senado Federal por promover ações educacionais para os servidores e parlamentares do órgão, e para os servidores e parlamentares do Poder Legislativo em nível municipal, estadual e distrital bem como para a sociedade em geral.

A grande experiência educacional adquirida, a excelência no atendimento às necessidades dos servidores e o aumento da demanda por formação continuada em nível de pós-graduação na área legislativa levou o Senado Federal, por meio do ILB, a desenvolver seu próprio programa de pós-graduação e encaminhar ao MEC o processo para o seu credenciamento para oferta e certificação própria dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. De acordo com o Parecer CNE/CES nº 360/2012, aprovado em 2/10/2012 e publicado no Diário Oficial em 7/2/2013, o ILB foi credenciado para ministrar cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial, nos termos do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 7, de 2011, que enquadra o ILB como Escola de Governo pelo prazo de 3 (três) anos. Com o processo de credenciamento, o MEC autorizou o ILB, por mais 5 (cinco) anos, a ministrar cursos de pós-graduação presencial e iniciá-los a distância, conforme a Portaria nº 721, de 27 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União, em 30/7/2018.

Atualmente, o portfólio de ações desenvolvidas pelo ILB inclui cursos presenciais e de educação a distância; oficinas e outros eventos de capacitação; sistemas e consultorias especializadas; 4 cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de Gestão, Direito, Ciência Política e Comunicação. Estas e outras ações educacionais promovidas isoladamente ou por meio de parcerias nacionais e internacionais permitem que o ILB oportunize o intercâmbio de saberes e o aperfeiçoamento das instituições do Poder Legislativo.

3.2 Do curso

O Curso de Pós-graduação em Orçamento Público será desenvolvido no biênio 2021-2022, terá carga horária de 360 horas mais 60 horas correspondente ao tempo requerido para a redação e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O processo seletivo dos discentes será feito em observância a edital próprio a ser publicado pelo ILB. Cada órgão parceiro terá liberdade para organizar e desenvolver seu próprio processo seletivo, devendo ao término encaminhar a relação de alunos e documentos exigidos, dentro dos prazos estabelecidos, para o ILB.

Ao longo do curso, cada discente deverá desenvolver, individualmente, um projeto de pesquisa que será requerido para a realização do TCC. A aprovação do TCC em banca será pré-requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Após a entrega do TCC, aqueles que forem aprovados passarão a integrar o acervo digital da Biblioteca do Senado Federal e servirão de referência para a gestão de conhecimento e para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Especializar servidores públicos do Poder Legislativo e de órgãos parceiros para o desenvolvimento de atividades de excelência em uma ou mais etapas do processo orçamentário.

4.2. Objetivos específicos

Oportunizar a reflexão teórica e a prática na área de Orçamento Público.

Produzir conhecimentos úteis para as organizações parceiras sobre as etapas de elaboração, tramitação, aprovação, controle e fiscalização do Orçamento Público.

Gerar o intercâmbio de experiências e de projetos inovadores na área.

Atualizar os servidores públicos em relação a temas correlatos, como Políticas Públicas e Contabilidade Pública.

5. PÚBLICO-ALVO

O corpo discente será composto pelos seguintes perfis:

- a) Servidores do Senado Federal, 16 vagas;
- b) Servidores da Câmara dos Deputados, 10 vagas;
- c) Servidores do Tribunal de Contas da União, 10 vagas;
- d) Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 10 vagas;
- e) Servidores da Escola Superior de Guerra, 4 vagas;

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O programa do curso abrangerá 11 disciplinas, perfazendo um total de 360h de aulas remotas (por *stream*) enquanto perdurar restrições quanto às aulas presenciais, conforme entendimento oficial do Senado Federal. Para contemplar as diferentes facetas do processo orçamentário (elaboração, tramitação, aprovação, execução e fiscalização) serão adotados conteúdos que contemplem e agreguem valor

a todas essas dimensões. Com isso, pretende-se alcançar um nível de compreensão aprofundada, sob uma perspectiva de macrogestão no setor público.

O programa proposto não se restringe a uma perspectiva funcionalista, no sentido de desenvolver habilidades e competências que aperfeiçoem procedimentos e rotinas pré-existentes. Trata-se também de criar um espaço de reflexão crítica e de geração de conhecimento não apenas instrumental, mas também de transformação das condições atuais do processo orçamentário e, de modo amplo, do setor público brasileiro.

A construção de modelos de gestão pública voltados para a integração de eficiência operacional e de efetividade, com foco no cidadão, requer a incorporação de práticas e olhares multidisciplinares, sem perder a centralidade da área de Orçamento Público. A criação desta compreensão holística permitirá que o *status quo* não seja naturalizado e o Orçamento Público seja compreendido em sua magnitude a partir da contribuição de diferentes campos do saber, como Economia e Gestão. Para se obter uma ampla visão sobre a área, além das rotinas burocráticas incorporadas no processo, também serão pauta das discussões ações de maior complexidade, como diagnóstico e formulação de políticas públicas. Isso significa que as habilidades e as competências desenvolvidas, bem como o TCC, deverão estar em sintonia com os objetivos organizacionais e corresponder aos desafios correlatos à área de Orçamento Público.

O programa foi concebido com o intuito de atender especificidades e, ao mesmo tempo, criar condições para que as perspectivas parciais sobre o Orçamento Público encontrem um espaço de complementação e reflexão conjunta, o que será, indubitavelmente, oportuno para o ganho sinérgico de aprendizado do corpo discente e para a produção de conhecimento.

Alguns dos ganhos pretendidos com o programa serão:

- O fortalecimento da gestão de conhecimento no setor público;
- A produção e a difusão de conhecimentos alinhados com os objetivos organizacionais nos âmbitos Legislativo e Executivo;
- A produção de soluções que oportunizem o aperfeiçoamento de pessoas, tecnologias e processos;
- A motivação e o envolvimento de servidores para a superação de problemas e desafios organizacionais.

7. COORDENAÇÃO

O curso contará com gerenciamento, supervisão e gestão de um coordenador-geral e um coordenador pedagógico.

8. CARGA HORÁRIA

A carga horária do curso é de 360 horas de aulas presenciais, mais 60 horas previstas para o desenvolvimento e defesa do trabalho de conclusão de curso. Excepcionalmente, durante a pandemia do coronavírus e as ações de isolamento, o curso será realizado somente remotamente.

9. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso terá seu início previsto para abril de 2021 e o processo seletivo discente se iniciará a partir da publicação de edital próprio. A conclusão do curso está prevista para dezembro de 2022, data máxima para a defesa dos trabalhos de conclusão de curso.

As aulas serão realizadas durante as segundas e sextas-feiras pela manhã, das 8h às 12h e, alternadamente, a intervalos quinzenais, nas quintas-feiras à noite, das 18h às 22h. As datas de início e término das aulas em cada um dos semestres serão:

	Início das atividades	Término das atividades	Dias letivos	Carga Horária
1º sem/2021	19/04/2021	15/07/2021	30	120

2º sem/2021	02/08/2021	06/12/2021	44	170
1º sem/2022	07/03/2022	02/05/2022	18	70
1º sem/2022 e 2º sem/2022 (período de orientação de TCC)	09/05/2022	23/09/2022	90	60
Último dia para entrega do TCC	26/09/2022			
TCC defesa	03/10/2022	29/10/2022	15	
Total				420

Complementarão as atividades em sala de aula outras práticas como eventos internos e externos de capacitação. Tais ações de extensão visam agregar conhecimentos que possam reforçar o aprendizado dos estudantes em relação aos objetivos do curso. Tanto as aulas quanto as atividades extracurriculares poderão ser realizadas fora da agenda prevista com o intuito de ajustar o calendário diante de variáveis como conflito de agenda. As alterações de calendário deverão ser comunicadas ao corpo discente antecipadamente, geralmente, por meio do plano mensal de atividades.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10.1 Disciplinas e cargas horárias

Disciplinas	Pré-requisito	Carga-horária	Semestre Letivo	Períodos
1. Análise Econômica do Setor Público		40h	1º/2021	Matutino/ noturno
2. Pesquisa Científica - 1ª parte		20h		
3. Processo de Elaboração Orçamentária		30h		
4. Processo Legislativo Orçamentário		30h		
5. Políticas Públicas e Orçamento no Contexto Brasileiro		40h	2º/2021	Matutino/ noturno
6. Execução Orçamentária e Financeira		40h		
7. Contabilidade Pública		40h		

8. Fiscalização e Controle I		30h		
9. Pesquisa Científica - 2ª parte		20h	2º/2021	
10. Finanças Públicas no Brasil		40 h		
11. Fiscalização e Controle II	Fiscalização e Controle I	30h	1º/2022	Matutino/ noturno
Total		360 h		
Trabalho de Conclusão de Curso		60h		

10.2 Ementas das disciplinas

10.2.1 Análise Econômica do Setor Público

Ementa: Noções básicas de Macroeconomia e Política Fiscal. O papel do Estado - razão para existência do Estado, funções do Estado e sua atuação na economia. Dívida pública e sustentabilidade da Política Fiscal. Regras fiscais. Estatísticas fiscais - Metodologias de apuração do resultado fiscal. *Accountability* e finanças públicas. Operacionalização da Política Fiscal no Brasil. História recente da Política Fiscal no Brasil.

Bibliografia:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. Elsevier Editora Ltda., 2005.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2ª edição. Elsevier Editora Ltda., 2001.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Dezessete anos de política fiscal no Brasil 1991-2007**. IPEA, 2007 (texto para discussão, 1.309).

GOLDFAJN, Ilan. **Há razões para duvidar que a dívida pública no Brasil é sustentável?** BACEN, 2002. (Nota Técnica, 25).

GUARDIA, Eduardo Reffinetti. **Orçamento público e política fiscal: aspectos institucionais e a experiência recente – 1985-1991**. Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Economia. Campinas, novembro de 1992.

HERMANN, Jennifer. **A macroeconomia da política fiscal: um texto introdutório**. IE/UFRJ, 1996 (texto didático, 52).

LOUREIRO, Maria Rita. **Instituições, política e ajuste fiscal: o Brasil em perspectiva comparada**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, out., 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Regras Fiscais: Teoria e Evidência**. Câmara dos Deputados, Editora Plenarium, 2005.

MENDES, Marcos José. **Sistema orçamentário brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público**. Senado Federal, Consultoria Legislativa. Textos para discussão 39. Brasília, fevereiro / 2008 (disponível em www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm).

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**, 2ª Edição. Editora Atlas, 2012.

ROCHA, Alexandre e ÁLVARES, Fernando. O que é e para o que serve o “Resultado Primário”? In **Brasil Economia e Governo** - Disponível em: www.brasil-economia-governo.org.br/2011/02/14/o-que-e-e-para-o-que-serve-o-resultado-primario/

10.2.2 Pesquisa Científica I

Ementa: Introdução aos conceitos básicos da metodologia científica e das principais linhas de pensamento epistemológico, com ênfase nas visões contemporâneas.

O projeto de pesquisa: a pergunta condutora, a delimitação do problema, a hipótese, os objetivos, o embasamento teórico, metodológico e empírico. A investigação

científica como prática social. Desenhos de pesquisa: estudo de caso, *survey*, avaliação. Coleta, seleção, análise e interpretação dos dados. Análise sistemática e elaboração de relatórios parciais e final do caso. Normas da ABNT. Redação técnico-científica. Prática de pesquisa: apresentação e discussão dos projetos de TCC dos alunos.

OBS: A disciplina será dividida em dois módulos, um de 20 horas logo no início do primeiro semestre do curso, e outro de 40 horas ao final do segundo semestre, de forma a possibilitar e exigir dos alunos a reflexão e a discussão tempestiva dos projetos de TCC, tendo-os prontos e validados ao final das disciplinas para poderem dedicar o prazo final apenas à execução da pesquisa.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normas ABNT sobre documentação.** Rio de Janeiro. Coletânea de normas.

SOUZA, Marilda Barbosa Macedo. **Manual para apresentação do trabalho acadêmico e técnico-científico.** 2ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 8ª ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Manual de auditoria operacional.** Brasília: Tribunal de Contas da União, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade MARCONI. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1990.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica.** Brasília: UnB, 1989.

PENTEADO, Paulo. **Kit Básico do Pesquisador: Um guia para pesquisa bibliográfica na internet.** UFBA.

10.2.3 Processo de Elaboração Orçamentária

EMENTA: Princípios orçamentários. Classificações orçamentárias. PPA, LDO e LOA. Integração das funções planejamento e orçamento. Ciclo de elaboração do processo orçamentário: elaboração das propostas dos setoriais e estimativa da receita, consolidação pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), envio da proposta ao Congresso Nacional. Emenda Constitucional 95/2016 – Teto de Gastos.

Bibliografia:

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 12. ed. ampl. rev. Atualiz. São Paulo: Atlas, 2003.

GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**; coletânea, vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.

GRUBER, Jonathan. **Finanças públicas e política pública**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Legislação orçamentária: CF/88; Lei 4.320/64; Lei 10.180/2001; PPA-2012-2015; LDO-2014; LOA-2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual técnico de orçamento**: MTO. Edição 2018. Brasília: 2018

SILVA, José de Ribamar Pereira; BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Uma interpretação para o teor dos dispositivos da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal com limites para o gasto da União, e considerações sobre sua implementação. Série **Orçamento em Discussão nº 34** da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. Brasília: Senado Federal, 2017. Também disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529648/OED0034.pdf?sequence=1>, (16/05/2017).

10.2.4 Processo Legislativo Orçamentário

EMENTA: Marcos constitucionais e legais de apreciação dos projetos de PPA, LDO, LOA e créditos adicionais. Emendas Constitucionais 86/2015 e 100/2019 – orçamento de emendas impositivas. Composição e normas de funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ciclo de apreciação do projeto de lei orçamentária anual: audiências públicas, relatório da receita, parecer preliminar,

relatórios setoriais e relatório geral. Processo de emendas parlamentares. Votação dos autógrafos e encaminhamento da lei para publicação. Hipóteses de sanção ou veto presidencial. Processo legislativo de acompanhamento da execução orçamentária. Sistemas informatizados de apoio à apreciação orçamentária.

Bibliografia:

JUNIOR, Vincenzo Papariello; GRAÇA, Luís Otávio Barroso da. Processo Legislativo Orçamentário Federal - Em **Exercícios Comentados**. Editora Método, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

GIACOMMONI, James. Orçamento Público. **16a ed. São Paulo: Atlas, 2012.**

SILVA, Fernando Veiga Barros; BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Entre o mar do “autorizativo” e a pedra do “impositivo das emendas”: sobre a possibilidade de resgate institucional do orçamento brasileiro. Série **Orçamento em Discussão nº 44** da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. Brasília: Senado Federal, 2019. Também disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/557265/OED0044.pdf>, (15/05/2019)

MENDONÇA, Eduardo Bastos Furtado de. **A constitucionalização das finanças públicas no Brasil: devido processo orçamentário e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2010.

PRAÇA, Sergio. **Corrupção e reforma orçamentária no Brasil (1987-2008)**. São Paulo: Annablume, 2013.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das "bases": Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

10.2.5 Políticas Públicas e Orçamento no Contexto Brasileiro

Ementa: Introdução à teoria das políticas públicas. Modelos de elaboração e análise de políticas públicas. Tipos de indicadores e sua utilização no ciclo da política pública. Aplicação do marco lógico na elaboração de políticas e programas. O papel dos Poderes Legislativo e Executivo no desenho, na execução e na fiscalização de políticas públicas. Interações entre o ciclo da política pública e o ciclo orçamentário. Utilização

de bases de dados orçamentários para a análise de políticas públicas. Correlação entre a política pública e a programação do PPA e das leis orçamentárias. Perfil da execução orçamentária e os resultados da política. Desafios da gestão orçamentária das políticas públicas: transversalidade e intersectorialidade, relações intergovernamentais, federalismo fiscal, governança e capacidade de governo. Sistemas informatizados de apoio ao monitoramento orçamentário de políticas públicas.

Bibliografia:

11 DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos. Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** 2ª Ed. Cengage Learning, 2013.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. PPA, orçamento e planejamento, primeiro ato: três personagens à procura de uma história constitucional. in Silva, Rafael Silveira (org.). **30 anos da Constituição: Evolução, desafios e perspectivas para o futuro: Volume I.** Brasília: Senado Federal, 2018. Também disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/553745>>, (13/02/2019).

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. PPA, orçamento e planejamento, segundo ato: lições aprendidas e proposta de uma rota adiante. in Silva, Rafael Silveira (org.). **30 anos da Constituição: Evolução, desafios e perspectivas para o futuro: Volume III.** Brasília: Senado Federal, 2018. Também disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/553745>>, (13/02/2019).

MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, R. E. **The Oxford handbook of public policy.** Nova York: The Oxford University Press, 2008.

THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. **Public policy: the essential readings.** Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1995.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. **Policy analysis in Brazil.** Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013.

10.2.6 Execução Orçamentária e Financeira

Ementa: Receita orçamentária; despesa orçamentária; programação e execução financeira; contingenciamento. Encerramento do exercício e restos a pagar; tópicos de despesa: compras diretas, licitações, transferências voluntárias, pagamento de pessoal e suprimento de fundos. Execução de despesas obrigatórias: previdência, FAT etc. A execução orçamentária sob um enfoque sistêmico. A lei de Responsabilidade Fiscal e suas dimensões com a execução orçamentária. A execução orçamentária como instrumento de análise de políticas públicas.

Bibliografia:

CLAUDIANO M. Albuquerque; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal.** 3ª Edição – Editora Gestão Pública – Brasília – 2013.

Giacommoni, James. **Orçamento Público.** 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

10.2.7 Contabilidade Pública

Ementa: Teoria geral de contabilidade aplicada ao setor público: origens. Contabilização de operações típicas: variações patrimoniais, subsistemas de contas, plano de contas. Análise das demonstrações contábeis no setor público. Novas abordagens de contabilidade pública: processo de convergência aos padrões internacionais; orçamento por competência; sistema de custos no setor público.

Bibliografia:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público** - aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: procedimentos contábeis orçamentários. Brasília: STN, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2012, Volumes I ao V

CASTRO, Domingos Poubel; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal.** São Paulo, Editora Atlas, 2004.

KOHAMA, Hélio. **Balanços públicos:** teoria e prática. SP: Atlas, 1999.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. Brasília: Franco e Fortes, 2002.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. SP: Atlas, 2001.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. SP: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. São Paulo, Editora Atlas, 2005.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública - Um Enfoque na Contabilidade Municipal**. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

TROSA, Silvie. **Gestão Pública por Resultados**. BSB, E NAP, Editora Revan, 2001.

Revista de Administração Pública (RAP) FGV.

10.2.8 Fiscalização e Controle I

Ementa: Conceito de controle e seus fundamentos. Tipos de controle. Evolução do controle no Brasil. Instituições de controle público e social: TCU, MPU, CGU, Comissão Mista do Congresso Nacional, CPI, ONGs, conselhos sociais. Instrumentos e metodologias de fiscalização e controle. Sistemas de M&A governamental. Apreciação e julgamento de contas. Instrumentos de transparência. Risco e controles.

Bibliografia:

ARANTES, Rogério Bastos; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A imagem dos tribunais de contas subnacionais. **Revista do Serviço Público**, Brasília: Enap, v. 56, nº 1, p. 57-85, 2005.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opin. Publica** [online]. 2009, vol.15, nº 2, pp. 386-421.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho and MORAES, Tiago Cacique. Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2009, vol.43, nº 4, pp. 739-772.

MEDEIROS, Paulo Henrique R.; MATIAS PEREIRA, José. Controle Social no Brasil: confrontando a teoria, o discurso oficial e a legislação com a prática. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, ano 34, nº 98, p. 63-72, out./dez. 2003.

BLIACHERIENE, Ana Carla; BRAGA, Marcus Vinícius de Azevedo; RIBEIRO, Renato Jorge Brown (coords.). **Controladoria no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. O controle e a construção de capacidade técnica institucional no Parlamento – elementos para um marco conceitual. **Texto para Discussão nº 57**, Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa. Brasília: Senado Federal, 2009. Também disponível em http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm, (03/05/2009).

OLIVIERI, Cecilia. A Atuação dos Controles Interno e Externo ao Executivo como Condicionante da Execução de Investimento em Infraestrutura no Brasil. **Texto para discussão IPEA nº 2.252**. Brasília: IPEA, 2016.

10.2.9 Pesquisa Científica II

Ementa: Introdução aos conceitos básicos da metodologia científica e das principais linhas de pensamento epistemológico, com ênfase nas visões contemporâneas.

O projeto de pesquisa: a pergunta condutora, a delimitação do problema, a hipótese, os objetivos, o embasamento teórico, metodológico e empírico. A investigação científica como prática social. Desenhos de pesquisa: estudo de caso, *survey*, avaliação. Coleta, seleção, análise e interpretação dos dados. Análise sistemática e elaboração de relatórios parciais e final do caso. Normas da ABNT. Redação técnico-científica. Prática de pesquisa: apresentação e discussão dos projetos de TCC dos alunos.

OBS: A disciplina será dividida em dois módulos, um de 20 horas logo no início do primeiro semestre do curso, e outro de 40 horas ao final do segundo semestre, de forma a possibilitar e exigir dos alunos a reflexão e a discussão tempestiva dos projetos de TCC, tendo-os prontos e validados ao final das disciplinas para poderem dedicar o prazo final apenas à execução da pesquisa.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro. Coletânea de normas.

SOUZA, Marilda Barbosa Macedo. **Manual para apresentação do trabalho acadêmico e técnico-científico**. 2ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8ª ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Manual de auditoria operacional**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade MARCONI. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1989.

PENTEADO, Paulo. **Kit Básico do Pesquisador: Um guia para pesquisa bibliográfica na internet**. UFBA.

10.2.10 Finanças Públicas no Brasil

Ementa: Finanças públicas no Brasil. Receitas e despesas da União. Resultado primário. Dívida pública. Limite de gastos. Espaço fiscal. Composição das receitas. Problemas do sistema tributário nacional. Reforma tributária. Composição das despesas. Peso e evolução das despesas previdenciárias e assistenciais. Reforma previdenciária. Gastos sociais e efeito sobre a regressividade. Gastos tributários e subsídios. Questões federativas e finanças estaduais. Balanço Geral da União. Relação entre Tesouro e Banco Central. Estatais e privatização.

Bibliografia.

LEISTER, M.D. e MEDEIROS O.L. Relacionamento entre autoridade fiscal e autoridade monetária: a experiência internacional e o caso brasileiro. In: Bacha, E. (org.). **A Crise Fiscal e Monetária Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Agosto de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Carga Tributária no Brasil 2018**. Brasília: Receita Federal do Brasil. Março de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Demonstrativo de Gastos Tributários 2017**. Brasília: Receita Federal do Brasil. Março de 2020.

PELLEGRINI, J.A. Empresas Estatais Federais e Valor. In Silva, M. S., Schmidt, F. H. & Kliass, P. (orgs.). **Empresas Estatais: Políticas Públicas, Governança e Desempenho**. Brasília: IPEA, 2019.

SALTO, F. S. & PELLEGRINI, J. A. (orgs.) **Contas Públicas no Brasil**. São Paulo: Saraiva. 2020.

SALTO, F. & MANSUETO, A. (orgs.) **Finanças Públicas: da contabilidade criativa ao resgate da contabilidade**. São Paulo: Record. 2016.

SILVA, A. C., CARVALHO, L. O. & MEDEIROS, O.L. **Dívida Pública: A Experiência Brasileira**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 2009.

TAFNER, P. & NERY, P. F. **Reforma da Previdência: Por que o Brasil não pode esperar?** Rio de Janeiro: Elsevier. 2019.

10.2.11 Fiscalização e Controle II

Ementa: O controle no ciclo orçamentário: fase da elaboração, pautada no SIOP como parâmetro, fases da execução e do monitoramento, pautadas no SIAFI como fonte de informação. Acompanhamento e análise das despesas: sistemas, coleta, tratamento das informações e abordagens, com enfoque na qualidade do gasto. Controles internos primários: a perspectiva do gestor. Transição do controle financeiro para o controle de resultado. Controle da execução das políticas públicas, com destaque para indicadores de desempenho.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Marcio. **Gestão de Finanças Públicas**. 3ª ed. Brasília: Gespública.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário esquematizado**. 7ª ed. São Paulo: Método.

AVARTE, Paulo Roberto, BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. 2ª ed., 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

OLIVIERI, Cecilia. **A lógica política do controle interno: o monitoramento das políticas públicas no presidencialismo brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2010.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000.

[—] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

[] BRASIL. **Decreto nº 93.872/1986**. Unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Decreto nºs 2.271, de 7 de julho de 1997; 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

[] BRASIL. Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940; 200, de 25 de fevereiro de 1967.

[] BRASIL. Instrução Normativa SFC nº 01, de 06 de abril de 2001.

[] BRASIL. Leis nºs 4.320, de 17 de março de 1964; 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993; 10.028, de 10 de outubro de 2000; 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; 12.527, de 18 de novembro de 2011;

[] BRASIL. **Leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual vigentes** à época da realização da disciplina.

[] BRASIL. **Manual de Demonstrativos Fiscais**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 5^a ed., Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2012.

[] BRASIL. **Portaria nº 42**, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

[] BRASIL. **Portaria Interministerial nº 507/2011**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Fazenda e da Controladoria-Geral da União.

[] BRASIL. **Resoluções nº 40/2001; 43/2001**, do Senado Federal. **Resolução nº 1/2006** do Congresso Nacional. **Resolução CFC nº 1.366/2011**.

[] BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento – MTO**. Versão 2018. Brasília, 2018.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Sávio. Lei de Responsabilidade Fiscal: 1^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Normas De Auditoria Governamental – NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo ("o livro verde" da auditoria governamental brasileira). 2010.

Pesquisas sobre despesa pública. Disponíveis em:

<https://www.siop.planejamento.gov.br/> ; em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/> ;

em: <https://www.convenios.gov.br/siconv>; em: www.comprasnet.gov.br ; em: www.in.gov.br ; em: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil>; em: www.portaltransparencia.gov.br

Revista do Setor Público nº 3. Vol. 61, Jul/Set 2010. ENAP.

11. CORPO DOCENTE

Para compor o corpo docente, o profissional deverá ter, preferencialmente, título de mestre reconhecido no Brasil, experiência pedagógica comprovada e conhecimento no âmbito da disciplina que ministrará.

O corpo docente do curso de especialização em Orçamento Público será composto preferencialmente por servidores do Senado Federal selecionados segundo as regras estabelecidas na Instrução Normativa 1 de 2017 do ILB. Excepcionalmente poderão ser indicados professores externos das organizações parceiras, desde que possuam comprovada qualificação e que o processo seletivo interno resulte deserto.

12. METODOLOGIA

O curso será realizado de forma semipresencial, mas durante a pandemia do coronavírus e na vigência das restrições a aglomerações, somente de modo remoto, por meio da plataforma Teams, do Senado Federal, com dois tipos de aulas: a) síncronas (em tempo real) e b) assíncronas:

a) Aulas remotas síncronas - As aulas síncronas ocorrerão no dia e horário normal das aulas;

b) Aulas assíncronas - As aulas assíncronas serão gravadas previamente ou realizadas por meio de leitura e/ou atividades a serem disponibilizadas pelo facilitador até a data de cada aula conforme cronograma. Serão disponibilizados canais paralelos

para interação assíncrona, visando o esclarecimento de dúvidas ou questões levantadas pelos discentes.

Serão ministradas aulas expositivo-dialogadas, exercícios de simulação e análise de problemas reais, trabalhos individuais e em grupo, leituras dirigidas, dentre outros exigidos pelo corpo docente. Além disso, também será incentivada a leitura de textos e a realização de pesquisa em campo em atividades extraclasse. O foco das atividades pedagógicas é aliar as dimensões teórica e prática, permitindo uma formação multidisciplinar que permeie a atuação profissional no campo de saber. Além de aulas, também serão desenvolvidas, ao longo do curso, atividades de extensão que contemplem o incentivo à pesquisa, a discussão de temas correlatos e a vivência prática dos conteúdos estudados.

13. INTERDISCIPLINARIDADE

O curso abarcará contribuições de campos de conhecimento como Finanças, Administração e Direito Público, sendo que a área de Orçamento Público, por sua própria natureza interdisciplinar, será o eixo central e de interseção. O objetivo é permitir que essa interdisciplinaridade contribua para que os estudantes apreendam a complexidade do campo de estudo, possam transitar entre as diferentes áreas de conhecimento e compreender as interconexões. Em última instância, pretende-se obter uma compreensão aprofundada do campo de estudo, o que deverá ser refletido nos ganhos de aprendizagem e no trabalho de conclusão de curso.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Após completar a carga horária de 360 horas e obter aprovação em todas as disciplinas, o discente deverá produzir, individualmente, e defender em banca examinadora composta pelo orientador e um avaliador, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Cada aluno escolherá seu orientador, dentre os nomes disponíveis em

banco de orientadores fornecido pela respectiva Escola de Governo a que estiver vinculado desde a matrícula. Estes orientadores, no caso do Senado Federal, serão classificados por meio de chamamento próprio feito por meio da Comissão de Colaboradores Educacionais (CSC) do ILB.

O facilitador de aprendizagem, investido no encargo de orientador, poderá assumir a orientação de no máximo 5 alunos para este curso.

O prazo para a elaboração do TCC será de até noventa (90) dias, a contar do encerramento das disciplinas do curso. O período previsto para apresentação do TCC será de outubro a dezembro de 2022.

O TCC deverá ser realizado de acordo com as orientações e normas constantes no Manual do Trabalho de Conclusão de Curso do ILB, caso este seja oficialmente editado e publicado em órgão oficial das entidades parceiras. Quando tal circunstância não ocorrer, serão obrigatórias as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

É admissível, a critério do orientador e da banca, a aceitação de formatos distintos ao tradicional de “monografia” tal como enunciado na NBR 14724 - Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação, da ABNT, sempre que o formato autorizado para o trabalho seja compatível com os objetivos de pesquisa.

O TCC poderá receber em banca os conceitos “aprovado”, “em reformulação” e “reprovado”. Os trabalhos considerados “em reformulação” terão prazo de trinta (30) dias para apresentar as modificações determinadas pela banca, cabendo ao orientador atestá-las. Após a análise efetuada pelo orientador, o TCC receberá um dos conceitos: “aprovado” ou “reprovado”.

A versão final da monografia deverá ser entregue em formato digital, no prazo máximo de trinta (30) dias para a conclusão dos procedimentos de encerramento do curso.

15. TECNOLOGIA

Para apoiar o processo de ensino-aprendizagem, alunos e professores contarão durante o curso com a Plataforma Saberes, disponibilizada no link <http://saberes.senado.leg.br/>.

A plataforma é um recurso de ensino-aprendizagem a distância, em que o professor cadastra sua disciplina presencial e pode utilizar as ferramentas virtuais disponíveis como apoio aos seus encontros com os alunos. As ferramentas que compõem o recurso são fórum de notícias, mural de avisos, manuais, plano de ensino, textos integrais ou parciais para leitura em cada aula, cronograma de atividades, exercícios etc.

Com o Saberes, um ambiente amigável, o aluno cadastrado poderá manter uma organização de suas atividades de aprendizado, entrar em contato com professores e colegas, acompanhar os assuntos e materiais debatidos em cada aula, efetuar a leitura de referências básicas e complementares, publicar os trabalhos requeridos, bem como obter informações sobre frequência e notas de cada disciplina.

Além da plataforma, os estudantes poderão entrar em contato com os professores e colegas por meio de e-mail; acompanhar o calendário das atividades e assistir por vídeo *stream* os eventos realizados no auditório “Antônio Carlos Magalhães”, do prédio do Interlegis <http://www.interlegis.leg.br/>.

Nas salas de aula, o ILB disponibiliza aos docentes e discentes, permanentemente, recursos multimídia para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, como projetor, telão, computador conectado à Internet, lousa digital e sistema de sonorização.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA

As aulas remotas serão realizadas pela plataforma Teams, do Senado Federal, e as presenciais, no Bloco 12 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), situado na Avenida N2, Senado Federal, CEP 70165-900. O ILB conta atualmente com 5 salas de aula, (capacidade máxima de 35 pessoas por sala), 1 laboratório de informática (capacidade máxima de 20 pessoas) e um auditório (capacidade máxima para 57 pessoas).

Além dessa sede, o projeto se beneficiará, eventualmente, da sala de apoio e do auditório “Antônio Carlos Magalhães”, ambos localizados no Prédio do Programa Interlegis (Prédio Interlegis, Av. N2, Anexo E do Senado Federal, Brasília/DF - CEP:70165-900), o qual também integra o instituto.

O corpo discente e docente também contará com os acervos digitais e impressos da Biblioteca “Acadêmico Luiz Viana Filho” do Senado Federal, localizada na Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo, Senado Federal, CEP 70165-900. O horário de atendimento para o público externo é das 8h às 14h. O horário de atendimento interno é das 8h às 18h30min.

17. SELEÇÃO E MATRÍCULA

A seleção dos candidatos será efetuada em processo seletivo único, coordenado pela Coordenação de Ensino Superior (COESUP) do ILB, e quando se aplicar também poderá ser executado pela respectiva Escola de Governo ao qual o pleiteante estará vinculado. Todo o processo seletivo será regido por edital próprio a ser divulgado na Intranet do Senado Federal a partir do dia: 21/12/2020.

A seleção dos candidatos seguirá os seguintes princípios:

- A. equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;
- B. incentivo ao autodesenvolvimento e ao desenvolvimento profissional contínuo, mediante a formação de multiplicadores que possam repassar o conteúdo

- obtido para colegas e integrantes da instituição, aprimorando a atividade laboral;
- C. compartilhamento de conhecimentos visando ao aperfeiçoamento profissional e institucional, criando um ambiente favorável à evolução do nível da discussão científico e acadêmica no âmbito do órgão legislativo/administrativo;
 - D. busca de melhoria contínua e inovação de processos educacionais.

A matrícula será realizada pelo Serviço de Secretariado Acadêmico (SESEA) do ILB conforme disciplinamento a ser estabelecido em tempo oportuno. Os candidatos deverão apresentar toda a documentação exigida no respectivo edital, bem como o certificado e o histórico acadêmico que comprovem a formação mínima requerida – diploma de conclusão de curso superior reconhecido pelo MEC.

18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência será efetuado por meio de lista de frequência em cada uma das aulas. É responsabilidade do facilitador de aprendizagem (professor da disciplina) efetuar o controle de presenças em cada encontro presencial (ou aula síncrona/remota).

No caso de aulas assíncronas, a lista de frequência será encaminhada pelo docente responsável pela disciplina ao SESEA que efetuará os procedimentos administrativos de registro de presença.

A frequência em cada uma das disciplinas deverá ser igual ou superior a 75% do total de horas/aula, conforme dispõe o Art. 19 do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação do ILB.

19. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

19.1. Avaliação da aprendizagem

Para obter aprovação em cada disciplina, além da frequência mínima, cada aluno deverá atingir os objetivos de aprendizagem e de desempenho propostos no plano de ensino. Os alunos serão avaliados a partir da aplicação de atividades estipuladas pelo facilitador de aprendizagem e apresentadas por este no primeiro dia

de aula de cada disciplina. As avaliações poderão consistir em provas, trabalhos individuais ou em grupo, participação em sala de aula ou outras definidas pelo facilitador de aprendizagem que atestem o efetivo aprendizado dos alunos. Espera-se que a avaliação seja realizada com base em mais de um instrumento.

Em consonância com os Art. 18 e 19 do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do ILB, após a conclusão de cada disciplina o aluno poderá obter nota entre 0 a 10, permitindo-se apenas uma casa decimal, sendo que 6 (seis) consiste na nota mínima atribuída para a aprovação. Para ser aprovado em cada disciplina, o aluno deverá alcançar os requisitos mínimos de frequência e de desempenho acadêmico.

O aluno poderá interpor recurso do resultado da avaliação junto ao Serviço de Secretariado Acadêmico, ou mediante e-mail, em 5 dias úteis a partir do primeiro dia útil seguinte à divulgação do resultado da avaliação. Na hipótese de provas, o aluno poderá pedir vistas. Após esgotado o prazo para apresentação do recurso, os Coordenadores do curso notificarão a decisão do professor em até 10 dias úteis.

19.2. Avaliação das disciplinas pelo aluno e pelo professor

Ao final de cada disciplina, os alunos e professores deverão preencher um instrumento de pesquisa em que serão avaliadas, dentre outras possíveis dimensões:

- Planejamento do ensino;
- Conteúdos abordados;
- Equipe de coordenação;
- Secretaria de cursos;
- Facilitador de aprendizagem;
- Autoavaliação;
- Resultado da atividade;
- Instalações físicas e recursos didático-pedagógicos;
- Comentários, sugestões e críticas.

A aplicação do instrumento de avaliação será realizada pela Comissão de Coordenadores de Curso, bem como a sistematização será responsabilidade dos membros das organizações parceiras em relação aos instrutores por estas selecionadas.

19.3. Avaliação do curso

O curso será avaliado por meio de instrumento de pesquisa próprio após completadas 120 horas de atividades e ao seu término. Ao final do curso, será realizado um Seminário de Avaliação, em que será oportunizada a reflexão sobre as experiências, a apresentação de trabalhos, bem como a apresentação da sistematização das avaliações das disciplinas e do curso. Participarão do seminário o corpo docente, o corpo discente, bem como outros convidados de cada uma das instituições parceiras.

19.3.1. Indicadores de Desempenho:

- Indicadores de resultados:

Indicador	Fórmula	Meta
Vagas preenchidas	$\text{Alunos matriculados} * 100 / \text{vagas disponíveis}$	100%
Evasão esperada	$\text{Desistência} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\leq 10\%$
Alunos formados	$\text{Alunos formados} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\geq 85\%$
Alunos reprovados	$\text{Alunos reprovados} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\leq 5\%$
Publicações do corpo discente de monografias e/ou artigos	$\text{Trabalhos publicados} * 100 / \text{alunos formados}$	90%

Indicador	Fórmula	Meta
Rendimento médio por disciplina	\sum notas finais da disciplina * 100 / alunos regulares	≥70%
Rendimento médio do TCC	\sum notas finais do TCC * 100 / TCC avaliado em Banca	≥70%
Rendimento médio por curso	\sum Rendimento médio por disciplina / quantidade de disciplinas do curso	≥70%
Frequência média observada por disciplina	\sum de frequência dos alunos da disciplina / alunos regulares	≥80%
Frequência média observada no curso	\sum de Frequência média observada por disciplina / quantidade de disciplinas do curso	≥80%

- Indicadores de infraestrutura:

Indicador	Fórmula	Meta
Instalações Gerais	\sum dos quesitos de “Instalações Gerais” avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de formulários	≥80%
Sala de Aula	\sum dos quesitos de “Sala de Aula” avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de formulários	≥80%
Serviços	\sum dos quesitos de “Serviços” avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de formulários	≥80%
Biblioteca	\sum dos quesitos de “Biblioteca” avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de formulários	≥80%
Coordenação	\sum dos quesitos de “Coordenação” avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de formulários	≥80%

- Indicadores de efetividade do curso:

Indicador	Fórmula	Meta
Disciplinas	\sum das disciplinas avaliadas como ≥ “bom” / quantidade total de disciplinas	≥80%
Material instrucional	\sum dos materiais instrucionais das disciplinas avaliados como ≥ “bom” / quantidade total de disciplinas	≥80%

Corpo docente	Σ dos professores avaliados como \geq "bom" / quantidade total de professores	$\geq 80\%$
Impacto Profissional	Σ dos impactos profissionais das disciplinas avaliados como \geq "bom" / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$

20. CERTIFICAÇÃO

Os certificados serão emitidos pelo ILB, conforme Portaria do Ministério da Educação Nº 721 de 27 de julho de 2018, publicada no DOU de 30 de julho de 2018 (recredenciamento).

A certificação será dada ao aluno se atendidas as seguintes condições:

- I) Aprovação em todas as disciplinas, com nota igual ou superior a seis (nota máxima 10) e frequência mínima de 75% em cada uma das matérias;
- II) Aprovação, em banca, do TCC, com a obtenção de conceito "aprovado".

21 - CUSTO DO PROJETO (orçamentário e financeiro)

É importante mencionar que se optou pela previsão máxima, utilizando-se os valores para coordenador-geral de curso, coordenador pedagógico, facilitadores de aprendizagem, examinadores, orientadores e avaliadores com titulação de Doutor.

21.1 – Previsão Orçamentária total

Calculado de acordo com os valores da Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC) de acordo com a Portaria nº 123, de 17/08/2016 - Secretaria

de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público - Ministério do Planejamento, corrigido pelo IPCA acumulado (6,29%) nos termos do Ato DGER 16/2017.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS, ENCARGOS E CUSTOS ESTIMADOS

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	ENCARGO	TITULAÇÃO	VALOR EM R\$
OP-01	Análise Econômica do Setor Público	40h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 14.160,00
OP-02	Pesquisa Científica – 1ª parte	20h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 7.080,00
OP-03	Processo de Elaboração Orçamentária	30 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 10.620,00
OP -04	Processo Legislativo Orçamentário	30 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 10.620,00
OP-05	Políticas Públicas e Orçamento no Contexto Brasileiro	40 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 14.160,00
OP-06	Execução Orçamentária e Financeira	40 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 14.160,00

OP-07	Contabilidade Pública	40 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 14.160,00
OP-08	Fiscalização e Controle I	30 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 10.620,00
OP-09	Pesquisa Científica – 2ª parte	20 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 7.080,00
OP-10	Finanças Públicas no Brasil	40 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 14.160,00
OP-11	Fiscalização e Controle II	30 h/a	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 10.620,00
Subtotal		360 h			R\$127.440,00
	Seleção de discentes	120h/a	Examinador	Doutor	R\$ 42.480,00
	TCC	350/a*	Orientador	Doutor	R\$ 123.900,00*
	TCC	150h/a**	Avaliador	Doutor	R\$ 53.100,00**
		240h/a	Coordenador-geral	Doutor	R\$ 84.960,00
		240h/a	Coordenador	Doutor	R\$ 84.960,00

			pedagógico		
Subtotal		1.100h/a			R\$389.400,00
*	<p>Carga horária dividida por Escola de Governo segundo número de candidatos; ILB terá 15 alunos, o que responde por 105h/a de orientação, a um custo máximo de R\$ 37.170,00; CEFOR, ISC, e ELEGIS ficarão responsáveis por 10 candidatos cada, o que equivale a 70h/a de orientação, a um custo máximo de R\$ 24.780,00 cada; ESG terá 3 alunos, o que equivale a 21h/a, ou R\$ 7.434,00; AGU terá 02 alunos, ou 14 h/a, R\$ 4.956,00.</p>				
**	<p>Carga horária dividida por Escola de Governo segundo número de candidatos; ILB terá 15 candidatos, o que equivale a 45h/a de avaliação, a um custo máximo de R\$ 15.930,00; CEFOR, ISC, e ELEGIS ficarão responsáveis por 10 candidatos cada, o que equivale a 30h/a de avaliação, a um custo máximo de R\$ 10.620,00 cada; ESG terá 3 alunos, o que equivale a 9h/a, ou R\$ 3.186,00; AGU, 2 alunos, o que equivale a 6 h/a, ou R\$ 2.124,00</p>				
TOTAL					R\$ 516.840,00